Apresentação: 31/03/2023 17:49:00.000 - Mes

## EPÚBLICA BIORRAIDA DO SE 🥴

MENSAGEM Nº 107

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Solicito a Vossas Excelências, de conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 191, de 2020, que "Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas", enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 33, de 2020.

Brasília, 30 de março de 2023.



EM nº 00039/2023 MJSP



Brasília, 13 de Março de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

- 1. Por meio da Exposição de Motivos Interministerial nº 00012/2020 MME MJSP, de 5 de fevereiro de 2020, os Ministérios de Minas e Energia e da Justiça e Segurança Pública submeteram à consideração do então Presidente da República proposta de regulamentação da pesquisa e lavra de recursos minerais e aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica em terras indígenas. Tal proposta foi encaminhada ao Congresso Nacional e hoje tramita, na Câmara dos Deputados, como Projeto de Lei nº 191, de 2020.
- 2. A presente Exposição de Motivos apresenta uma sugestão de retirada do Projeto de Lei nº 191, de 2020, já que não houve a imprescindível preocupação com as regras constitucionais, inclusive quanto à oitiva dos povos atingidos.
- 3. Recentemente, no início de 2023, o Governo Federal se deparou com a terrível situação da população Ianomâmi, no Estado de Roraima. Com a invasão das terras indígenas por parte de garimpeiros, houve morte e casos gravíssimos de desnutrição em crianças e índices absolutamente alarmantes de doenças graves.
- 4. O Projeto de Lei nº 191, de 2020, por sua vez, abre a possibilidade de presença maciça de atividades de mineração em terras indígenas, situação que seria capaz de fazer a tragédia dos Ianomâmi se repetir em muitos outros pontos do território nacional.
- 5. O caminho que deve ser buscado para a convivência harmônica e sustentável entre todos os grupos sociais e todas as atividades econômicas exercidas em nosso país deve ser o do respeito mútuo pelas formas de organização coletiva, em especial por aquelas asseguradas pela Constituição. O art. 231 da Lei Maior, nesse sentido, é expresso ao afirmar que, para viabilizar o reconhecimento da organização social, dos costumes, das línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, é fundamental assegurar a eles os direitos originários sobre as terras que ocupam, competindo à União sua demarcação e proteção. Acreditamos que, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, temse um canal adequado para o melhor debate quanto à temática, a partir da retirada da proposição legislativa em foco.



6. Firme nesses propósitos de inafastável índole constitucional, sugiro o encaminhamento, ao Congresso Nacional, de Mensagem que solicite a retirada do Projeto de Lei nº 191, de 2020.

Respeitosamente,

тісцх**х**